



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS**

ISABELLE MARIA DE FONTES PATRIOTA

**A CARTOGRAFIA SOCIAL DA COMUNIDADE DA LINHA: DIÁLOGOS SOBRE
EDUCAÇÃO POPULAR E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS DIANTE
AMEAÇAS DE REMOÇÃO**

RECIFE

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

ISABELLE MARIA DE FONTES PATRIOTA

**A CARTOGRAFIA SOCIAL DA COMUNIDADE DA LINHA: DIÁLOGOS SOBRE
EDUCAÇÃO POPULAR E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS DIANTE
AMEAÇAS DE REMOÇÃO**

TCC apresentado ao Curso de
Licenciatura em Geografia da
Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, como requisito para a
obtenção do título de licenciado em
Geografia.

Orientadora: Izabella Galera

Co-orientadora: Mariana de
Albuquerque Villarim

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Patriota, Isabelle Maria de Fontes.

A cartografia social da Comunidade da Linha: diálogos sobre educação popular e estratégias de resistência diante ameaças de remoção / Isabelle Maria de Fontes Patriota. - Recife, 2023.

36 : il.

Orientador(a): Izabella Galera

Coorientador(a): Mariana de Albuquerque Villarim

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia - Licenciatura, 2023.

1. Cartografia Social. 2. Educação Popular. 3. Pesquisa Participante. 4. Remoção. I. Galera, Izabella. (Orientação). II. Villarim, Mariana de Albuquerque. (Coorientação). IV. Título.

370 CDD (22.ed.)

ISABELLE MARIA DE FONTES PATRIOTA

**A CARTOGRAFIA SOCIAL DA COMUNIDADE DA LINHA: DIÁLOGOS SOBRE
EDUCAÇÃO POPULAR E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS DIANTE
AMEAÇAS DE REMOÇÃO**

TCC apresentado ao Curso de
Licenciatura em Geografia da
Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
como requisito para a obtenção do título
de licenciado em Geografia

Aprovado em: 06/02/2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **IZABELLA GALERA**
Data: 16/04/2024 14:25:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Izabella Galera (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
 **CAIO AUGUSTO AMORIM MACIEL**
Data: 02/04/2024 15:49:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a Alice Bezerra de Mello Moura (Examinadora externa)
Université du Québec en Outaouais (UQO)

RESUMO

Esta pesquisa parte da premissa de que a cartografia social é um caminho para refletir sobre a necessidade de uma prática de mapeamento comprometida com a dialogicidade entre os saberes popular e técnico, na produção e representação do espaço. Nesse contexto, o reconhecimento dos saberes dos sujeitos sociais se apresenta como uma alternativa para contestar o domínio de representação territorial que o Estado exerce a partir de uma cartografia que atende ao modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista. Dessa forma, o presente artigo pretende discutir como a cartografia social se insere enquanto processo educativo, em um contexto de conflito fundiário e de luta pela permanência no território, a partir das experiências de mapeamento coletivo vivenciadas pelas moradoras e moradores da Comunidade da Linha, Recife-PE, que vivem, hoje, uma ameaça de remoção movida pela Transnordestina.

Palavras-chave: Cartografia Social; Educação Popular; Pesquisa Participante; Remoção.

ABSTRACT

This research begins with the premise that social mapping is a path to reflect on the need for a mapping practice committed to dialogic interaction between popular and technical knowledge in the production and representation of space. In this context, recognizing the knowledge of social actors emerges as an alternative to challenge the State's dominance in territorial representation, which is based on a cartography that serves the hegemonic model of capitalist development. Therefore, this article aims to discuss how social mapping fits in as an educational process within the context of land conflict and the struggle for permanence in the territory. It draws on the collective mapping experiences of the residents of the Comunidade da Linha in Recife, Pernambuco, Brazil, who are currently facing the threat of eviction due to the Transnordestina railway project.

Keywords: Social Cartography; Popular education; Participant Research; Eviction.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	
2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONFLITO INSTALADO NA COMUNIDADE DA LINHA.....	8
3 METODOLOGIA - CONHECER PARA TRANSFORMAR: AS RELAÇÕES ENTRE A PESQUISA PARTICIPANTE E A EDUCAÇÃO POPULAR.....	14
4 RESULTADOS: A CARTOGRAFIA SOCIAL, NO CONTEXTO DE DISPUTA E CONFLITO FUNDIÁRIO URBANO, COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA.....	18
4.1 CARTOGRAFIAS DA RESISTÊNCIA: EXPERIÊNCIAS DE MAPEAMENTO COLETIVO NA COMUNIDADE DA LINHA.....	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A discussão presente, neste artigo, nasce de uma pesquisa mais ampla, que buscou debater o papel da assessoria técnica popular em um contexto de conflito fundiário e de luta pela permanência no território, a partir do projeto de extensão intitulado “A Linha do trem e a Linha da vida: despejo, pandemia e o papel da assessoria técnica popular junto ao Conflito fundiário na Comunidade da Linha, em Recife, PE”, desenvolvido pelo Laboratório Espaço e Política (LEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No projeto, a realidade da Comunidade da Linha é cartografada pelos seus moradores, com o apoio de intervenções responsivas dos estudantes extensionistas pautadas nos princípios da cartografia social.

Para compreender o que a cartografia social representa, enquanto um exercício de contra-mapeamento promovido por atores locais, é necessário entender que para os sujeitos sociais, em situação de conflito, o que está em jogo é o território enquanto terreno disputado material e simbolicamente (ACSELRAD, 2010). Dessa forma, a produção de mapas passa a integrar lutas simbólicas e materiais pela defesa de um determinado território.

Destaca-se, neste trabalho, o conflito instalado na Comunidade da Linha, localizada na Zona Sul de Recife, que vive, atualmente, uma ameaça de remoção movida pela Transnordestina. A comunidade se desenvolveu em uma área remanescente de uma ferrovia subutilizada. Abandonados, esses espaços serviram e ainda servem, como opção de moradia para as populações historicamente excluídas do mercado imobiliário formal, que acabaram ocupando essas faixas de domínio, durante o período de grande crescimento demográfico nas cidades brasileiras.

É nesse contexto de conflito e disputa pelo território, que se revela a importância da cartografia social, enquanto uma estratégia de resistência diante ameaças de remoção. Diferentemente da cartografia convencional, que privilegia o espaço euclidiano e o território enquanto estado-nação, a cartografia social prioriza o espaço vivido e as questões dos atores envolvidos no mapeamento (GOMES, 2017). Partindo desse entendimento, pode-se observar que os dados geográficos vão além de serem apenas informações, mas são uma forma de proteger um território e conquistar direitos.

A cartografia social se revela, nesse contexto, como uma ação política e uma formação social, uma vez que o mapeamento realizado pelas comunidades não se resume à representação do espaço físico, mas se configura como uma afirmação dos seus modos de vida (ACSELRAD, 2010). Nesse sentido, destaca-se, também, a importância da aproximação com a pedagogia de Paulo Freire, que serve como farol para se pensar uma cartografia comprometida com a dialogicidade entre o saber popular e técnico, e que conteste o domínio de representação territorial que o Estado exerce.

Dessa forma, esta pesquisa se apropria da cartografia social, enquanto um processo de formação política, para discutir como ela se insere enquanto processo educativo, em um contexto de conflito fundiário e de luta pela permanência no território, a partir das experiências de mapeamento coletivo vivenciadas pelos moradores da Comunidade da Linha, Recife - PE.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONFLITO INSTALADO NA COMUNIDADE DA LINHA

É no contexto do conflito cotidiano que podemos refletir sobre a luta pelo direito de ser reconhecido na cidade. Santos (2018) afirma que a cidade é um espaço de conflitos crescentes como lugar geográfico e político de cenários de soluções. Compreender o conflito enquanto uma inspiração para a criação de novas formas de se pensar e planejar o espaço urbano confronta a ideia funcionalista de que o conflito é uma ameaça à reprodução social e deve ser evitado. Dessa forma, este trabalho enxerga no conflito potência de transformação, e compreende que da conflituosidade urbana surgem os sujeitos coletivos que retomam a cidade enquanto um espaço para debater e definir os destinos da urbe (VAINER et al., 2016).

Harvey (2014, p.134) defende que “a cidade é o lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum embora perpetuamente mutável e transitória”. A recente atenção voltada para a perda da comunalidade urbana, de acordo com o autor, reflete os interesses de classe dos capitalistas na capacidade de criar ou desencorajar outras formas de relações sociais. Nesse sentido, é válido reforçar que para os capitais que lucram com a exploração do espaço urbano, a cidade se

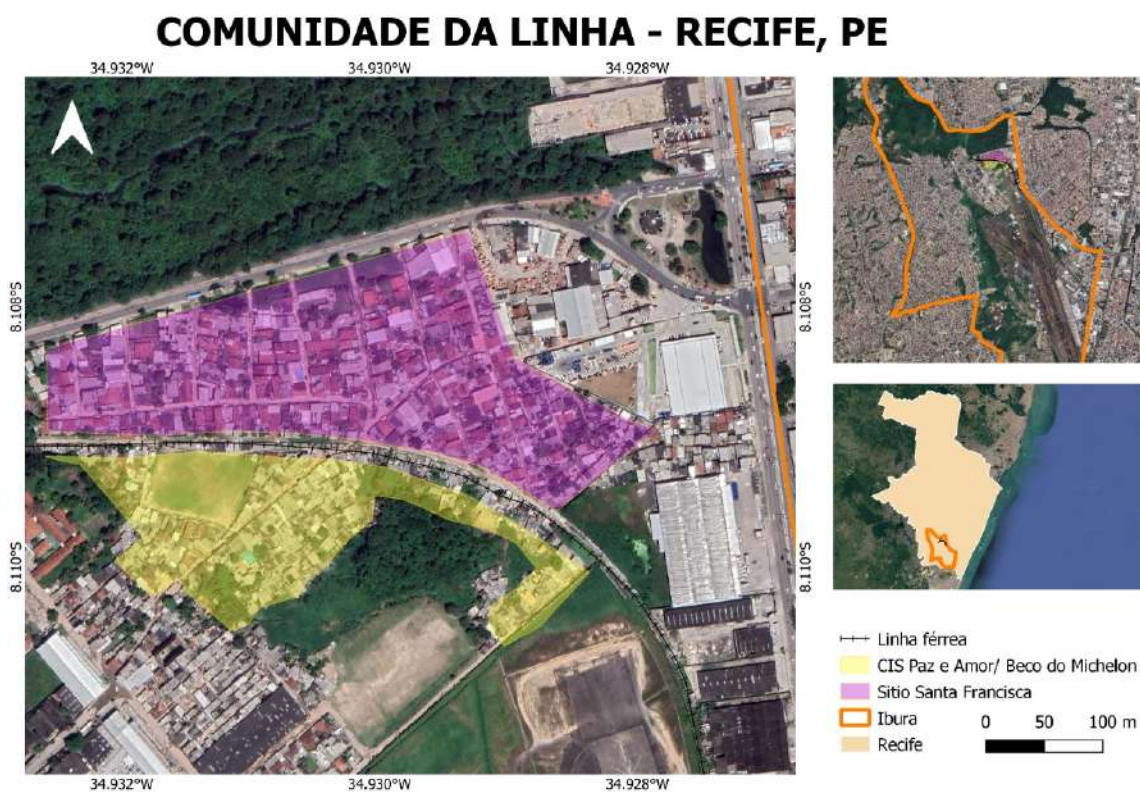
resume à mercadoria. E Maricato (2015, p.23) descreve bem essa situação quando afirma que:

A renda fundiária ou imobiliária aparenta ser uma riqueza que flutua no espaço e aterrissa em determinadas propriedades, graças a atributos que podem estar até mesmo fora delas, como por exemplo um novo investimento público ou privado feito nas proximidades. A legislação e investimentos urbanos são centrais para “gerar” essa riqueza que irá favorecer (valorizar) determinados imóveis ou bairros. Esse é um dos principais motivos para as disputas sobre os fundos públicos em obras. Por exemplo: o que será construído e, especialmente, onde. Abertura de avenidas, pontes, viadutos, parques, pode mudar o preço do metro quadrado nas suas proximidades. Por isso lobbies imobiliários atuam fortemente junto aos Executivos e Legislativos de todos os níveis de poder.

É neste cenário de exploração e disputa do espaço urbano que se encontra a Comunidade da Linha. Localizada no bairro do Ibura, na Região Política Administrativa 06 (RPA 06), Zona Sul de Recife - PE, a Comunidade da Linha é formada por duas Comunidades de Interesse Social: a CIS Santa Francisca e a CIS Paz e Amor / Beco de Michelin. As duas comunidades cresceram nas margens da linha férrea que liga o eixo Sul do metrô do Recife à estação Werneck na linha Centro, na área que corta o bairro do Ibura de Baixo, entre o Aeroporto Internacional dos Guararapes e a avenida Dom Hélder Câmara.¹

¹ Plano Emergencial de Incidência Comunidade da Linha
<<https://lep-ufpe.com.br/laboratorio-espaco-e-politica/>>

Imagem 01: mapa de localização da Comunidade da Linha



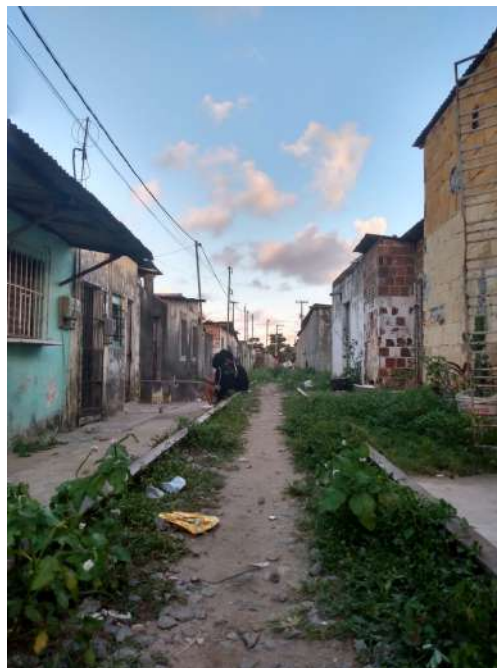
Fonte: da autora, 2021

Imagem 02 e 03: Entrada do Beco do Michelon e trecho da linha férrea que corta parte da CIS



Fonte: da autora, 2021

Imagens 04 e 05: Sítio Santa Francisca e trecho da linha férrea que corta parte da CIS



Fonte: da autora, 2021

O conflito instalado na Comunidade da Linha tem origem em decisões políticas do estado brasileiro pela ausência de uma política habitacional que atenda às demandas de moradia digna para grande parte do povo, aliado ao fortalecimento de uma ideia rodoviarista, em detrimento da rede ferroviária, acarretando no seu consequente desmonte. De acordo com Paula (2000), a Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 e o início da expansão rodoviária foram fatores que fizeram com que a rede ferroviária, de modo geral, estagnasse. No entanto, apesar da decadência das ferrovias ter origem antes da década de 50, é só a partir desse período que começa uma política anti-ferroviária de desmonte de uma grande parte das linhas do setor (PAULA, 2000).

A implantação da indústria automobilística e a pressão da indústria multinacional do petróleo, durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) tiveram como consequência uma demanda maior de integração nacional por meio da construção de estradas. Consequentemente, abandonadas ou subutilizadas, as áreas remanescentes das ferrovias passaram a ser uma opção de moradia para as populações que foram historicamente excluídas do mercado imobiliário formal, e o caso da Comunidade da Linha não é uma exceção, mas acontece em todo território nacional.

A ordem de despejo recebida pelos moradores da comunidade determinava a remoção de 20 casas no dia 21 de Maio de 2021, no entanto, desde 2011, parte dos moradores da travaram uma luta contra a Ferrovia Transnordestina Logística (FTL). Para compreender o caso da Comunidade da Linha é preciso conhecer a história do Ramal Edgar Werneck, atualmente chamada de Conexão Sul, que ao longo da história ficou sob responsabilidade de várias empresas estatais e privadas, como a Great Western (1873 - 1951), a Rede Ferroviária Federal S/A (1957).

Em 1950, a União incorporou a Great Western, que passou a se chamar Rede Ferroviária do Nordeste (RFN). A partir de 1957, toda a Rede Ferroviária do Nordeste passa a ser controlada pela Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), uma empresa criada para administrar e explorar a rede ferroviária brasileira, incorporando o patrimônio até então fragmentado das estradas de ferros pertencentes à União como a RFB. No início dos anos de 1990, a RFFSA é incluída no Programa Nacional de Desestatização e no final da década acontece o Leilão da Malha Ferroviária Nordeste, com uma concessão - a partir de 1998 - de trinta anos para a Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN). (PLANO EMERGENCIAL DE INCIDÊNCIA, 2021, p. 28).

A Companhia Ferroviária do Nordeste mudou sua razão social, uma década depois, e passou a ser Transnordestina Logística S/A (TLSA), e iniciou um processo de divisão para a separação da concessão da antiga malha ferroviária RFFSA, e a gestão da malha existente ficou sob responsabilidade da FTL. A empresa é responsável pela operação das linhas férreas do Nordeste e tem a tarefa contratual de zelar pelo patrimônio ferroviário. No entanto, o caso Ramal Werneck é de total abandono como é possível observar nas imagens abaixo.

Imagens 06 e 07: trecho da linha férrea coberto por gramíneas



Fonte: da autora

Vale ressaltar que essa divisão TLSA tem gerado alguns desentendimentos sobre o caso. Com a separação da antiga RFFSA, a Ferrovia Transnordestina Logística ficou responsável por cuidar do patrimônio ferroviário, enquanto a construção de novas vias ferroviárias, mais especificamente do projeto Transnordestina, é de responsabilidade da “Nova Transnordestina”. O projeto está em construção há mais de dez anos, e tem como objetivo escoar a produção do agronegócio e da mineração do interior do Nordeste para o Porto de Suape - PE, o Porto de Pecém - CE, e cidade Eliseu Martins - PI (Plano Emergencial de Incidência, 2021), no entanto o Ramal do projeto nem chega a passar na capital.



Fonte: Jornal do Comércio, 2021

Existem, atualmente, trinta e oito processos de autoria da Transnordestina, que tramitam na Justiça Federal, e reivindicam a reintegração da posse em linhas férreas na Região Metropolitana do Recife (RMR), e seis desses processos são sobre a Comunidade da Linha, cada um deles em fases e com decisões de teores diferentes². “Importante mencionar que também participam do processos no polo ativo Interessado o DNIT³ e a ANTT⁴” (PLANO EMERGENCIAL DE INCIDÊNCIA, 2021).

A fragmentação do conflito em diversos processos, como foi feito pela Transnordestina, enfraquece a defesa e visão global do dano que virá a ser provocado com a reintegração da posse. Uma vez que os juízes deixam de reconhecer a abrangência total do conflito, passando a decidir sobre pequenas parcelas de pessoas. Além disso, ainda provoca grave insegurança jurídica uma vez que decisões conflitantes foram dadas para a mesma situação. As decisões se baseiam em dispositivos legais e entendimentos jurisprudenciais diferentes que ora prevalece-se a dignidade

² Tabela de processos que estão tramitando na 5ª Vara Federal
<https://issuu.com/ivanmoraespsol/docs/relat_rio_comunidade_linha>

³ Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

⁴ Agência Nacional de Transportes Terrestres

da pessoa humana e o direito à moradia, ora o direito à propriedade pública, mesmo sem apresentação de projeto pela Transnordestina para a área. (COMUNIDADE DA LINHA RESISTE, 2020, p.16)

Assustados e receosos pela possibilidade de perderem suas casas, os moradores lutam contra as ameaças de despejo, e contam com o apoio da Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade (CAUS), do Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH), Laboratório Espaço e Política (LEP), e com o apoio político da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), do Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC), entre outras instituições. Em meio a ameaças foi criado um movimento chamado Comunidade da Linha Resiste que discute estratégias e ações de luta pela permanência dos moradores na comunidade e que busca melhorias para o local⁵.

3 METODOLOGIA - CONHECER PARA TRANSFORMAR: AS RELAÇÕES ENTRE A PESQUISA PARTICIPANTE E A EDUCAÇÃO POPULAR

“Ao mesmo tempo que vocês tão buscando, vocês tão trazendo” (MORADORA 2).

Inspirada pelo trabalho de Brandão e Borges (2007), “A Pesquisa Participante: um momento da educação popular”, o caminho metodológico trilhado para a produção deste trabalho, parte do entendimento de que a pesquisa deve ser uma atividade comprometida com a investigação, por meio do diálogo e observação, dotados de crítica. O(a) investigador(a) deve, nesse contexto, pensar a pesquisa como um terreno de possibilidades de transformação de saberes e reconhecer a autonomia dos sujeitos participantes no processo de construção do conhecimento.

Para apresentar alguns fundamentos da pesquisa participante, enquanto uma aliança direta entre o investigador e os movimentos sociais, Borges e Brandão (2007) se baseiam nas ideias dos educadores Luís Gabarron e Libertad Landa que destacam alguns dos “princípios de ação”, enquanto um caminho para o fortalecimento dessa coletividade. Nesse sentido, o ponto de partida da pesquisa participante é a realidade concreta dos envolvidos, na pesquisa, sem que se perca “(...) de vista as integrações e interações que compõem o todo das estruturas e das dinâmicas desta mesma vida social” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 54). Dessa

⁵ Instagram da Comunidade da Linha Resiste
<<https://www.instagram.com/comunidadedalinharesiste/>>

forma, a realidade social deve ser avaliada e interpretada em sua totalidade para que as trajetórias e os processos de vida dos diferentes sujeitos sociais sejam contextualizados em sua grandeza histórica.

Outra prática a ser repensada, neste método de pesquisa, é a relação sujeito-objeto entre o pesquisador e os grupos populares, que “(...) deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 54). O conhecimento popular e científico devem caminhar juntos para, a partir disso, serem articulados, de forma crítica, em um terceiro conhecimento novo e transformador, como defendem os autores.

A pesquisa participante deve ser pensada como um momento dinâmico de um processo de ação social comunitária. [...] O processo e os resultados de uma pesquisa interferem nas práticas sociais, e, de novo, o seu curso levanta a necessidade e o momento da realização de novas investigações participativas. A participação popular comunitária deve se dar, preferencialmente, através de todo o processo de investigação-educação-ação. De uma maneira crescente, de uma para outra experiência, as equipes responsáveis pela realização de pesquisas participativas devem incorporar e integrar agentes assessores e agentes populares. (BRANDÃO; BORGES, 2007, p.54).

É válida, nesse sentido, a comparação entre a tradicional relação pesquisador e grupos sociais, de sujeito-objeto, com o modelo de educação bancária denunciada e problematizada por Paulo Freire (1970, p.38) como “(...) o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos”. Essa concepção da educação enquanto uma atividade bancária, onde o educador é uma autoridade do saber e o educando é o que não sabe, muito se assemelha ao modelo tradicional de pesquisa, em que o pesquisador é o que pensa/investiga e o sujeito é o objeto pensado/investigado, excluído do processo de construção do conhecimento. Neste cenário tradicional de pesquisa, toda a riqueza e pluralidade de saberes produzidas a partir da troca são perdidas.

Pode-se dizer que é impossível ou ao menos embaraçoso iniciar essa discussão sem trazer aqui outro conceito discutido em Paulo Freire: a dialogicidade. Defendido pelo educador enquanto essência da educação como prática da

liberdade e como um fenômeno humano, o diálogo é uma “exigência existencial”, um caminho que dá significado à existência através da palavra.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é **pronunciar** o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo **pronunciar** (FREIRE, 1970, p.44).

Entende-se, dessa forma, o diálogo como um encontro dos sujeitos e como um processo não doutrinário necessário para a efetivação de uma verdadeira pesquisa participante, que “(...) cria solidariamente, mas nunca impõe partidariamente conhecimentos e valores” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 55). Brandão e Borges (2017), também, defendem que a pesquisa participante é, na maioria das vezes, um momento de tarefas de educação popular executadas com e a serviço de grupos e/ou comunidades, normalmente, populares. Nesse sentido, fica evidente, nas falas de um morador da comunidade e de uma extensionista, a importância da troca e do conhecimento construído através do diálogo e, também, a forma como os resultados desse processo são vistos, entendidos e sentidos pelos que participam e estão envolvidos no projeto.

Minha avaliação é que a interação entre os extensionistas e a comunidade é muito importante. Muitos têm algumas vivências e conseguem relatar, e isso é muito bom como eu já falei. Eles (os extensionistas) têm outras realidades nas suas comunidades e quando vêm pra cá e vivenciam o cotidiano daqui entre aspas, levam ideias e conhecimento pra sua comunidade e vice-versa, (Morador 1).

Pra mim, enquanto estudante, é muito importante sair da universidade e poder colocar em prática o que a gente tá aprendendo, e de aprender coisas que a gente nunca aprenderia, na sala de aula, que só com a prática ou com a experiência naquele local a gente iria aprender (Extensionista 1).

É necessário, antes de tudo, voltar no tempo e se localizar no espaço para compreender a relação entre a pesquisa participante e a educação popular, no cenário aqui apresentado. Moretti e Adams (2011) se baseiam nas *epistemologias*

do Sul⁶ para traçar um diálogo entre esse método de pesquisa e esse movimento pedagógico no contexto de “(des)colonialidade⁷ do conhecimento”. Os autores discutem a criatividade da América Latina na construção de alternativas que amenizam as consequências dos mais de cinco séculos de exploração do continente pelos europeus, e defendem a educação popular e a pesquisa participante enquanto um instrumento essencial para a construção da autonomia, de forma que a rigorosidade metodológica não seja deixada de lado.

No final da década de 1980 e durante a década de 1990, as contraditórias políticas neoliberais, na América Latina, provocaram uma reação popular ao modelo dominante, que consequentemente ganhou força e expressão política a partir do descontentamento da população em muitos países do continente (MORETTI; ADAMS, 2011). Além da aprovação de governos com propostas de transformação como resposta a este descontentamento, destaca-se, também, as mobilizações camponesas e indígenas⁸ como resistência às políticas neoliberais. A educação popular, nesse sentido, resiste e se reinventa, no cotidiano dos movimentos sociais, na busca por alternativas pedagógicas que dêem voz aos grupos oprimidos.

A educação do oprimido procura criar dinâmicas em que a sua palavra, que foi sempre negada, possa ecoar. (...) Se a educação não resolve sozinha as relações desiguais entre quem oprime e quem é oprimido, ela pode ser uma grande aliada e deverá contribuir nos processos organizativos na emancipação do espelho eurocêntrico, a partir das experiências do sul (MORETTI; ADAMS, 2011, p. 450).

Seguindo essa linha de pensamento discutida a partir de um cenário de colonização e de consolidação do sistema capitalista, Paludo (2015, p.225), defende que “(...) o processo latino-americano possibilita compreender que a educação, dado o papel que desempenha na sociedade, em uma perspectiva efetivamente emancipatória, só pode ser resistência e exercício de contra-hegemonia”. A

⁶ Os autores se baseiam nas ideias de Santos e Meneses (2010) para conceituar as “epistemologias do Sul”, que são, nesse contexto, definidas como um conjunto de intervenções que denunciam a omissão de saberes dos grupos oprimidos pela norma epistemológica dominante.

⁷ Por “descolonialidade” os autores apresentam o seguinte entendimento: “tensão dialética entre a colonialidade e as resistências a sua imposição; um caminho difícil na superação das intencionalidades colonizadoras das epistemologias tradicionais” (MORETTI; ADAMS, 2011, p. 460).

⁸ Os autores destacam como exemplos de resistência a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela reforma agrária, no Brasil; e a reivindicação da nacionalização das riquezas naturais pelos zapatistas, no México.

resistência à colonialidade do conhecimento revela a importância da troca e da interação dialógica. E essa prática de resistência a hegemonia dos saberes, no contexto da atuação do projeto de extensão na Comunidade da Linha, é traduzida na fala de uma extensionista:

Esse trabalho conjunto, que a gente vem fazendo, é fundamental, porque sai um pouco dessa universidade europeia, de hierarquia, da gente ir lá pra “ensinar” alguma coisa pra comunidade. A gente tá nesse esforço pra todo mundo se colocar como igual, no mesmo patamar de que o conhecimento é uma troca e pode ser aprendido tanto pela gente que tá numa formação acadêmica, mas tá lá numa experiência diária, quanto eles (os moradores) com a gente (Extensionista 1).

Nesse sentido, Moretti e Adams (2011, p.450) são precisos quando afirmam que para construir um diálogo entre as fontes da educação popular e a pesquisa participante, é necessário entender a América Latina enquanto parte de “uma dinâmica histórica compreendida, portanto, pelo encontro de forças antagônicas, o que implica na hegemonia de uma sobre a outra, mas que, ao mesmo tempo, gera alternativas contra-hegemônicas importantes como resposta à colonialidade do conhecimento vindo do norte”.

Foi nesse cenário de busca por transformação e justiça socioterritorial que as “alternativas de pesquisa participante da tradição brasileira e latino-americana sonharam inovar” (BRANDÃO; BORGES, 20007, p.55). Nesse contexto, convém destacar a importância da pedagogia de Paulo Freire que se apresenta como uma luz para (re)pensar práticas e abordagens revolucionárias mais sensíveis aos saberes populares e comprometidas com a dialogicidade entre o saber popular e o conhecimento técnico.

Durante a extensão, essas práticas e abordagens foram pensadas em formato de oficinas, rodas de conversas, reuniões quinzenais, assembleias e outras atividades que foram realizadas tanto na Comunidade da Linha, quanto na universidade, e tinham como objetivo fortalecer as relações de confiança e cooperação entre os moradores e extensionistas a partir da inserção no cotidiano da comunidade. Assim, essa troca de saberes pode ser lida como um processo de construção que foi se desenhando a partir da presença frequente dos extensionistas no território.

É uma troca impressionante, porque ao mesmo tempo que eu ajudo vocês enquanto estudante, vocês me ajudam enquanto comunidade, porque eu vou usar esse momento pra dizer que a comunidade tá sendo produto de um estudo, e isso motiva, porque a gente se sente importante. Como eu já falei diversas vezes, ao mesmo tempo que vocês buscam conhecimento, vocês também trazem (Moradora 2).

Então, eu acredito muito nessa troca de saberes, sabe? Essa interação fluiu pela presença que a gente tem lá. É um processo de construção. Não flui rápido. Os moradores vão vendo as coisas do projeto se desenvolvendo, pegam confiança e trazem o que eles sabem, que são muitas coisas, né? Agora por lutas, o conhecimento técnico de que é pegar um campinho, enfim (Extensionista 2).

Dessa forma, este trabalho se apropria da pesquisa enquanto uma prática política, que deve compreender a realidade junto aos sujeitos sociais para nela intervir, e recriá-la. O pesquisador precisa acima de tudo, assumir seu compromisso político com as causas sociais. Em outras palavras, a pesquisa deve agir com e a serviço dos grupos populares visando a construção de um saber comum partilhado, ou seja, dialogar para conhecer e conhecer para transformar.

4 RESULTADOS: A CARTOGRAFIA SOCIAL, NO CONTEXTO DE DISPUTA E CONFLITO FUNDIÁRIO URBANO, COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA

“Espero contar com vocês aqui, porque vocês realizam projetos viáveis. Isso é uma coisa que eu fico vendo. Não é um projeto arquitetônico Moura Dubeux, que nunca vai ser colocado em prática, mas sim visões e projetos que é possível ser colocado em prática” (MORADORA 2).

Como caminham as lutas do povo excluído do mercado imobiliário formal em espaços urbanos na busca pelo direito de ser reconhecido na cidade? E qual seria o papel da cartografia social, no contexto de conflito fundiário urbano, enquanto estratégia de luta diante ameaças de remoção? A escrita deste tópico parte destes questionamentos a fim de propiciar reflexões acerca das injustiças socioespaciais e das lutas urbanas pela permanência no território presentes no cotidiano das cidades brasileiras, mais especificamente sobre a situação vivida pelos moradores e moradoras da Comunidade da Linha, Recife - PE.

De acordo com Acselrad (2010), a constituição de um campo da representação cartográfica, em que se institui as relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, surge a partir da expansão dos espaços e da diversificação de suas formas da representação e, também, da necessidade de novas tecnologias e de novos “sujeitos mapeadores”. As experiências dessas práticas de mapeamento executadas por populações locais ganharam força a partir da década de 1990, e nesse momento, no mundo, surgem também grupos envolvidos com o uso de SIG (Sistema de Informação Geográfica) e de mapeamento ditos participativos, constituindo uma espécie do que o Acselrad (2010, p.9) afirma ser um “sub-campo” da “cartografia participativa”:

Neste sub-campo constroem-se fronteiras simbólicas, técnicas e morais com relação a outras práticas organizadas, configurando perícia legitimada, redes inter-pessoais e organizacionais, distribuição de recursos e regras internas de jogo, onde certos empreendedores institucionais empenham-se em problematizar a cartografia convencional promovendo as tecnologias do mapeamento dito participativo, alegando sua autoridade/perícia legítima para fazer valer as reivindicações sobre territórios e seus recursos por parte de populações locais.

O autor apresenta, nesse contexto, que o mapeamento participativo nasce com a marca de uma ambiguidade: “(...) construída para dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos – integrando, inclusive, segundo alguns, um projeto territorializado de contra-cultura política – sua realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura” (ACSELRAD, 2010, p.9).

Acselrad (2010, p.10) revela como fundamental a caracterização da natureza das tramas territoriais⁹ (onde o que está em jogo para os sujeitos sociais é a disputa material e simbólica pelo território), além da trama cartográfica em que se encontram os distintos sujeitos do mapeamento, uma vez que a contar das experiências existentes, no mundo, as práticas de mapeamento coletivo podem estar ligadas à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos, “(...) assim como à fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a

⁹Movimento configurado pelos diferentes meios de produção social dos territórios e suas relações constitutivas – por apropriação direta, por instrumentos legais, por projeções identitárias, por mapas e outros meios representacionais (ACSELRAD, 2012, p.10).

mecanismos de explicitação de conflitos sócio-territoriais e ambientais ou a formas de antecipação dos mesmos para fins de controle estatal do território”.

Nesse sentido, para compreender o papel da cartografia social, em um contexto de conflito fundiário e de produção da desigualdade territorial e segregação presentes, hoje, nos espaços urbanos brasileiros, é necessário compreender como ocorreu o processo de urbanização do país. Pode-se dizer que as origens das desigualdades socioespaciais existentes, no Brasil, têm as raízes fincadas no período colonial. O Brasil foi, durante séculos, um país agrícola. Dessa forma, é legítimo afirmar, a partir das ideias de Milton Santos, que devido a grandeza territorial do país, as relações entre lugares eram inconstantes e subordinadas a uma economia natural, contudo, “(...) a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior” (SANTOS, 2018, p. 24).

Intenso, rápido e desigual são características que marcam a urbanização brasileira. De acordo com Santos (2018), no Brasil, este processo inicia, no século XVIII, com o deslocamento da população da elite rural para as cidades, no entanto, só atinge a maturidade no século XIX, e apenas no século XX adquire as características que conhecemos hoje. Durante o século XIX, fatores como a expansão da indústria e a exigência de um mercado consumidor interno impulsionaram esse processo de urbanização. A indústria nascente vai aos poucos se expandindo, e as cidades deixam de ser apenas o local das atividades comerciais, financeiras, administrativas e culturais, passando a ser também o local da produção (MARICATO, 1997).

As atividades profissionais desenvolvidas na cidade e a necessidade de mão de obra na indústria nascente estimularam a migração de pessoas em busca de emprego. Logo, os imigrantes que não se encaminhavam para as áreas rurais, os trabalhadores brancos livres e escravos libertos foram pouco a pouco compondo uma massa urbana, “(...) que, por sua vez, passou a demandar produtos industriais para sua sobrevivência” (MARICATO, 1997, p. 26).

Apesar disso, o índice de urbanização pouco se alterou do final do período colonial até o fim do século XIX (SANTOS, 2018). E somente, “entre 1940 e 1980, dá-se a verdadeira inversão quanto ao lugar da residência da população brasileira” (SANTOS, 2018, p.31). Esse processo de urbanização desigual consolidado a partir

da industrialização e concentrado no século XX, com base na perversidade do capitalismo, no Brasil, acabou resultando numa série de problemas (favelização, violência urbana, poluição etc). “Desigual e combinado” é uma das definições que Maricato (2015) utiliza para descrever o paradoxo revelado por um processo de modernização que se alimenta de formas atrasadas, normalmente, não capitalista, *strictu sensu*. “As cidades são evidências notáveis dessa formulação teórica, e, nelas, o melhor exemplo talvez seja a construção de moradia (e parte das cidades) pelos próprios moradores (trabalhadores de baixa renda)” (MARICATO, 2015, p.26).

É fundamental, nessa discussão, entender a terra urbana, sob o capitalismo, como uma mercadoria especial cujo valor depende da localização. Maricato (2016) destaca que alguns capitais específicos ganham muito dinheiro com a cidade, e exemplifica o lucro quando fala das consequências da segregação espacial. A segregação resulta na elevação do preço do solo, ou seja, em termos de acumulação de renda imobiliária que gera a riqueza de muitos capitais (capital financeiro, imobiliário, de construção pesada, de construção de edificações)¹⁰. Assim, a cidade é um negócio substancialmente capitalista, e “(...) a renda imobiliária seu motor central” (MARICATO, 2015, p. 23).

Ao observar os diversos processos de planejamento em curso, na cidade, consegue-se vislumbrar o grande poder do setor imobiliário na pressão por obras públicas e (des)regulamentações, bem como a desconsideração total por parte da gestão municipal de qualquer controle social das políticas urbanas. Por conta disso, observa-se uma tendência à dinamização do circuito imobiliário e valorização especulativa do solo urbano, atingindo novas áreas da cidade e conduzindo à intensificação da disputa por terra urbanizada e bem localizada, que ocorre com o aval e a ajuda do Estado (LEHAB/UFC, 2017) .

Nesse contexto de disputa pela terra urbanizada, várias cidades brasileiras foram e estão sendo palco de manifestações por direito à moradia, protagonizadas por populações ameaçadas de remoção. Parte significativa destas iniciativas de remoção está associada à realização de megaeventos internacionais (Olimpíadas de 2016 e Copa Mundo de 2014) e ao avanço do setor imobiliário sobre bairros de ocupação popular, muitas vezes somado a iniciativas governamentais, que visam

¹⁰ Ermínia Maricato: A cidade é luta de classe! TV Boitempo. Link disponível <<https://www.youtube.com/watch?v=9R4S6ZaDniU>>

maximizar os ganhos fundiários e só aceleram e legitimam as remoções (TANAKA; OLIVEIRA; COLI, 2019).

No entanto, as pressões para as ações de remoção sempre existiram e estiveram presentes em estado potencial, como é o caso da ameaça de remoção que rodeia a Comunidade da Linha, onde a remoção pode ser resumida a uma prática higienista intrínseca ao sistema capitalista, uma vez que nem chega a existir uma proposta de projeto de desenvolvimento urbano nem um megaevento que justifique dos moradores. O guia de remoções da ONU¹¹ apresenta que despejos e remoções podem ter diferentes causas (catástrofes naturais, obras de infraestrutura e urbanização etc). Contudo, neste trabalho, será apresentado especificamente um caso de remoção forçada executada em nome de um processo de desterritorialização, que ameaça a população da Comunidade da Linha.

De acordo com o balanço da Campanha Despejo Zero divulgado em Março de 2022, no Brasil, mais de 27 mil famílias sofreram despejo durante a pandemia da COVID - 19, e 132 mil famílias estavam sob ameaça de perder suas moradias. Pernambuco estava, nesse período, entre os três estados onde mais famílias estavam sendo ameaçadas de despejo (17.210 famílias), atrás de São Paulo (42.599 famílias) e Amazonas (29.231 famílias), e já apresentava um número alarmante no que diz respeito às famílias despejadas (1.595 famílias). Em Setembro, os dados da campanha foram atualizados, e o caso de famílias ameaçadas de despejo, no estado, teve um aumento de 17,16% (20.163 famílias), ainda que a questão das remoções em Pernambuco tivesse sido regulada tanto pela Lei nº 14.216/2021 quanto pela Lei nº 17.400/2021, de âmbito federal e estadual respectivamente.

Os impactos da remoção forçada afetam principalmente populações que já se encontram socialmente vulneráveis, e além de estarem acompanhados de outras violações aos direitos humanos, como o direito à segurança da pessoa e do lar, também resultam, muitas vezes, na perda de emprego, desintegração da comunidade, perda de acesso ao transporte público e à infraestrutura escolar e de saúde, que atingem principalmente as mulheres e as crianças. Todo projeto que provoque a remoção de pessoas deve vir acompanhado de um planejamento que

¹¹ COMO ATUAR EM PROJETOS QUE ENVOLVEM DESPEJOS E REMOÇÕES? Guia, produzido pela Relatoria Especial da ONU para a moradia adequada, sintetiza o que as normas internacionais determinam sobre remoções involuntárias decorrentes de projetos públicos e privados de infraestrutura e urbanização. Link disponível <https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/guia_remocoes_rev20111.pdf>.

apresente opções de compensação e ofereça alternativas habitacionais que busquem reduzir os impactos socioeconômicos na vida das famílias despejadas.

Dessa forma, compreender o perfil das famílias atingidas e analisar as especificidades do bairro é fundamental para a elaboração desse planejamento, e para que esses dados sejam levantados e incluídos, no plano, é essencial a atuação efetiva dos moradores de comunidades ameaçadas de remoção nesse processo. Quando se trata de um contexto de disputa pelo território é necessário que a comunidade esteja politicamente organizada, e nesse cenário, o planejamento “(...) exige tempo para organização coletiva, levantamentos, organização e compartilhamento de informações, trocas de saberes, elaboração de propostas e tomada de decisões” (TANAKA, 2017, p. 261).

No entanto, Tanaka (2017), afirma que muitos grupos populares quando começam a se organizar para enfrentar e resistir à alguma ameaça não contam com uma mobilização interna tão forte. Nesse contexto, as experiências de mapeamento coletivos realizadas, na comunidade da Linha, com a chegada da Universidade através do projeto de extensão, a partir das oficinas a cartografia social além de terem se apresentado enquanto uma importante ferramenta de planejamento, foram, também, uma estratégia de resistência frente a ameaças de despejo e um caminho para o fortalecimento dos laços entre os moradores em razão da coletividade. A importância da atuação da extensão nesse processo de organização da comunidade fica evidente nas seguintes falas:

Eu encho a boca pra dizer “nós temos o apoio de uma universidade federal, minha gente! Vocês têm noção da importância disso?”. E principalmente na cabeça dos jovens que pensam “nossa, eu quero entrar na universidade. A universidade tá aqui (MORADORA 2).

Essa questão da cartografia social, evidenciou pros moradores que realmente a gente tinha alguém, pessoas, mecanismos, que nos deixasse com essa sensação de mais segurança, sabe? O envolvimento dessas pesquisas, do trabalho de campo, dos alunos estarem na comunidade foi importante. A comunidade entendeu o trabalho de vocês, da gente tá unido nessa causa. (MORADOR 1).

Os mapas produzidos coletivamente pela população de uma comunidade sob ameaça de remoção não devem ser entendidos apenas como uma mera representação do espaço, mas como “(...) uma descrição discursiva dos costumes,

dos símbolos, das relações sociais, da ocupação do território, dos conflitos e das lutas e suas perspectivas. Trata-se de um documento descritivo da comunidade por meio de discursos, imagens fotográficas, mapas e histórias” (PINTO; WANDERLEY, 2010, p. 208).

Ligada a essa ideia, Acseirad (2010, p.5) defende a produção coletiva de mapas como uma prática que integra “(...) as lutas simbólicas envolvidas no processo de produção cultural da paisagem e de seus elementos materiais”. A cartografia social se apresenta, nesse contexto, como uma forma de representação territorial construída pelas próprias comunidades, que contesta o protagonismo do Estado na produção cartográfica e, também, como um processo político que se torna mais forte a partir da articulação entre os moradores para produção coletiva de representação do espaço vivido (LIMA; NAZARENO, 2014)

À vista disso, este trabalho se apropria da cartografia como uma estratégia de luta contra a remoção e permanência no território, uma vez que parte do entendimento de que as comunidades ameaçadas podem encontrar, nas práticas de mapeamento coletivo e não-estatal, uma alternativa para reivindicar o poder sobre o planejamento das cidades e a forma como elas são pensadas, além de legitimar a necessidade dos seus conhecimentos como ponto de partida para desenhar o espaço de acordo com suas necessidades.

4.1 CARTOGRAFIAS DA RESISTÊNCIA: EXPERIÊNCIAS DE MAPEAMENTO COLETIVO NA COMUNIDADE DA LINHA

“As nossas histórias, aqui, se cruzam não só pelo espaço físico, mas pelo espaço emocional que a gente partilha ao longo desses dias vividos nesse espaço” (MORADORA 3).

As primeiras experiências de mapeamento coletivo vivenciadas pelos moradores da Comunidade da Linha iniciaram a partir do segundo ano de atuação do projeto de extensão na localidade. As ideias para as atividades de cartografia social surgiram diante da necessidade de mobilizar os moradores para pensar e agir sobre a realidade do próprio bairro, de forma que não ficassem limitados ao conflito com a Transnordestina.

Assim, iniciaram as primeiras discussões para as oficinas de cartografia social, que ao longo do ano de 2022, foram divididas em três momentos: 1º Cartografia dos Sonhos; 2º Cartografia do Bairro; e 3º A Linha da Vida. Cada atividade foi pensada com um objetivo específico, mas sempre dialogando umas com as outras, e seguindo as indagações reveladas durante os debates realizados ao longo do projeto.

A primeira atividade desenvolvida recebeu o nome de Cartografia dos Sonhos. Elaborada a partir do entendimento de que a comunidade está viva e em constante movimento, esse primeiro momento teve como objetivo discutir as ações de melhoria para a comunidade e os sonhos coletivos dos moradores para o território, considerando que essas ações devem ser pensadas sempre em conjunto, uma vez que não se resumem a desejos individuais dos sujeitos.

Nesse sentido, para iniciar o debate foram elaboradas questões norteadoras sobre o quê os moradores sonham para a comunidade, e conseqüentemente foram apresentados por eles os problemas que existem no bairro e possíveis soluções. Vale destacar que essa primeira atividade foi realizada na rua. A rua, enquanto um espaço público, é entendida como o lugar de todos, onde as pessoas se cruzam, é o palco de encontro da vizinhança. A partir desse entendimento, escolhemos a rua para o debate, uma vez que ela pode e deve ser um espaço de formação e de fortalecimento da coletividade entre os moradores do bairro.

Dessa forma, a atividade iniciou com um café da manhã e com música a fim de tornar o momento mais leve e atrair a atenção da vizinhança para o que ia acontecer. À medida que a rua foi enchendo com a chegada dos moradores, a atividade foi criando forma. E quando a conversa iniciou, as falas dos participantes foram sendo registradas em um cartaz ao lado de cada pergunta referente ao assunto discutido.



Fonte: Acervo Extensão, 2021

Os moradores discutiram questões referentes ao sentimento pelo bairro, significado da cidade e ações de melhoria para a comunidade. No entanto, vale dizer que a Cartografia dos Sonhos não foi uma atividade realizada apenas com os adultos. Entende-se que o território deve ser pensado e construído por todos que o habitam, nesse sentido, as crianças também ganharam espaço na discussão. Ao mesmo tempo em que os adultos estavam discutindo o quê sonham para o bairro e ações para tornar esses sonhos realidade, as crianças estavam trazendo soluções para as mesmas questões e apresentando o ponto de vista delas sobre o cotidiano na Comunidade da Linha.

Tanto os adultos quanto as crianças apresentaram indagações sobre a questão da violência presente no bairro, falta de espaços de lazer adequados, distância da comunidade dos postos de saúde e escolas. E no final, pudemos perceber como os discursos se conectavam e enriqueciam o debate sobre a produção do espaço.

Imagem 10: Cartografia dos Sonhos



Fonte: Acervo Extensão, 2021

A segunda atividade foi chamada de “Cartografia do Bairro”, e foi pensada com o objetivo de representar os símbolos da comunidade e o cotidiano dos moradores no mapa. Dessa forma, para a elaboração dessa atividade foram considerados a visibilidade e o fortalecimento do processo político que se desenvolveu a partir da articulação dos moradores para a defesa do território.

Assim, a Cartografia do Bairro foi realizada no centro comunitário da Comunidade da Linha, e seguiu os seguintes passos: 1- contorno da fotografia aérea; 2- dinâmica do objeto; e 3- desenho do território. No primeiro momento, os estudantes extensionistas fizeram o contorno da fotografia aérea da comunidade em um tecido que ficou pendurado na parede do centro comunitário. No segundo momento, foram colocados objetos sobre a mesa, posteriormente, os moradores se apresentaram e escolheram um desses objetos para relacioná-lo com a sua personalidade e, a partir disso, falarem da sua relação com o território, resgatando elementos e memórias de suas vivências na comunidade. Essa etapa da dinâmica possibilitou o entendimento sobre a realidade dos moradores e sobre o vínculo que eles têm com este lugar.

Na última etapa, os moradores com o apoio dos estudantes extensionistas retrataram, no mapa, o afeto pelo território. Assim, além de desenharem as construções presentes na comunidade (casas, espaços de convivência, lazer, comércio etc), também foram representadas as atividades realizadas no bairro e a forma como cada um dos espaços é utilizado por diferentes grupos de diferentes

faixas etárias, enfim, o cotidiano. E esse cotidiano representado, no mapa fixado na parede, serve como uma prova das vidas que existem e resistem na comunidade. Nesse sentido, entendemos o mapa como uma representação dos desdobramentos de um processo em curso, e como um instrumento que pode ser adaptado, como discutem Deleuze e Guattari (2000, p.21):

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação.

À vista disso, o mapa do bairro permanece pendurado na parede do centro comunitário, que é um espaço aberto para todos os moradores da comunidade, podendo ser redesenhado a qualquer momento, uma vez que foi produzido a partir do entendimento de que o território está vivo, e que o movimento das pessoas, que nele vivem, faz com que este espaço esteja em constante processo de transformação. Assim, o mapa além de ser entendido pelos moradores como a materialização de um processo político, simbólico e criativo, pode ser construído e desconstruído ao longo do tempo, e apreciado como uma obra por quem o produziu.

Imagem 11: mapa da atividade 2 - Cartografia do Bairro



Fonte: Acervo Extensão, 2021

As atividades desenvolvidas durante o ano de 2022 nos levaram a necessidade de conhecer as histórias de vida das pessoas que, hoje, residem nesse

território, e para isso decidimos cartografar as memórias das moradoras e dos moradores da comunidade. Dessa forma, foi pensada a terceira e última atividade de cartografia realizada, no ano, que foi chamada de A Linha da Vida.

Elaborada a partir do desejo de compreender a conexão que existe entre os moradores com base nas histórias de vida deles, a última atividade teve como objetivo potencializar e fortalecer a conexão entre a comunidade através da prática do exercício da fala e da escuta. A atividade foi dividida em três momentos: 1- Mística; 2- A linha da vida: tecendo histórias; 3- Onde as linhas se cruzam. A primeira etapa teve como objetivo servir como um momento que iria favorecer a concentração e envolvimento dos moradores com a atividade. Assim, realizamos uma contação de histórias, e posteriormente houve um momento com música, que possibilitou o alcance desse objetivo.

No segundo momento, foram ditas aos moradores as perguntas geradoras que iriam nortear essa etapa da dinâmica: a) de onde eu venho (onde eu morei antes de chegar na Linha) e como eu vim parar aqui? b) Como foi meu primeiro dia na comunidade?. Em seguida, cada morador foi convidado a contar sua história para o grupo e a desenhar, no mapa, suas andanças pelo mundo até sua chegada na Comunidade da Linha. Esse caminho percorrido foi representado por uma linha colorida e cada linha presente, no mapa, corresponde ao trajeto realizado por um morador. Assim, como na Cartografia do Bairro, o mapa desta dinâmica também foi desenhado pelos estudantes extensionistas e fixado na parede do centro comunitário.



Fonte: da autora, 2021

Na terceira etapa, foi realizada uma roda de diálogos com a finalidade de propiciar um momento de reflexão, partilha de experiências e avaliação da atividade. As perguntas que nortearam essa etapa foram: a) o que eu aprendo com a(s) história(s)/ memória(s) do outro?; b) qual o sentimento que a escuta me provoca?; c) como minha luta se conecta com a luta do outro?. A dinâmica foi um momento de troca muito enriquecedor. Essa troca realizada a partir do resgate da memória dos moradores reforçou a grandiosidade do diálogo, que é defendido por Freire (1970) como um momento de encontro das pessoas, que não se esgota na relação “eu-tu”.

O compartilhamento dessas histórias, praticado em um contexto de conflito e de defesa do território, se revela como uma etapa fundamental para o fortalecimento da luta, uma vez que os moradores se reconhecem na fala um do outro e percebem nessas falas o afeto em comum que sentem pelo território. Assim, a importância desse momento é traduzida na fala de uma das moradoras ao final da atividade:

(...) conheci uma nova família através das reuniões por conta do despejo. Aí eu participei dos protestos que tava tendo na Avenida Recife, e eu fui conhecendo cada um dos moradores, fui me aproximando, e através disso a gente forma uma família. É que até então eu vivia no círculo, como se diz uma bolha, eu só conhecia o pessoal da igreja e agora não, agora eu conheço vocês da extensão e os demais. Isso pra mim é bom, gostei (MORADORA 4).

Pôde-se enxergar, na prática da cartografia social, como a conexão entre os moradores e o sentimento de pertencimento ao território se fortalecem à medida que a história deste espaço e dos que o ocupam é compartilhada. A defesa do direito ao território é, também, é a defesa do direito das histórias e memórias dos moradores da comunidade. A partir dessas experiências de mapeamento coletivo não-estatal, entende-se, que a cartografia social, enquanto uma forma de reafirmar coletivamente a territorialidade e as identidades do povo, não se limita a uma simples coleta e representação de dados, mas é uma possibilidade de produzir novas perspectivas sobre um determinado território a partir da visão de quem o habita. De outro modo, a cartografia social, em um contexto de conflitos, disputa e ameaças, se apresenta como uma formação e prática política que dá voz aos grupos, que ao longo da história, tiveram sua palavra negada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um passo para caminhar na contramão da hegemonia do Estado e assegurar o protagonismo do povo, na representação territorial, é a forma como a cartografia é reafirmada a todo instante neste trabalho. No entanto, reconhecemos que o caminho para que esta prática de mapeamento seja reconhecida, como uma ferramenta efetiva de participação popular, na produção e planejamento territorial ainda é longo, uma vez que, historicamente, o modelo de produção espacial no capitalismo, sempre excluiu os mais pobres e atendeu aos interesses dos grupos/ classes dominantes.

Sentimos, também, a necessidade de destacar que, ao longo do projeto, nos deparamos com a dificuldade de integrar os moradores nas atividades, e foram poucos os que, de fato, se envolveram e participaram com frequência das reuniões e oficinas. Nesse sentido, ressaltamos que as questões, que se revelam, em um contexto de disputa cartográfica, não se limitam aos interesses do Estado e de grupos dominantes em relação à representação territorial. Mas envolvem, também, os conflitos existentes no interior da própria comunidade.

Esses conflitos presentes entre os moradores interferem diretamente nos produtos finais, os mapas, que muitas vezes podem ficar limitados à representação da forma como os mais presentes, nas atividades, enxergam o território. Em contrapartida, a cartografia social, também, se apresenta como uma estratégia de

fortalecimento da luta, uma vez que para ser executada exige um nível de organização política da comunidade.

Por este motivo, apontamos como fundamental a continuação do exercício da cartografia no bairro. Primeiro, porque compreendemos que a cartografia é um exercício contínuo, que não acaba junto com o mapa, mas que segue o cotidiano dos moradores e as transformações do território. Segundo, porque enxergamos, na prática do mapeamento coletivo, caminhos para refletir e romper com os métodos tradicionais de pesquisa, que invisibilizam o sujeito do processo, ainda que tenhamos muito a aprender durante esse trajeto. E por último, porque acreditamos, no potencial da cartografia social, enquanto uma prática que pode se revelar como um momento da educação popular, uma vez que foi a troca de conhecimento, através do diálogo, entre os moradores e estudantes extensionistas, que norteou as ações realizadas durante a execução do projeto.

Compreender a realidade do território e reconhecer os saberes de todos os sujeitos envolvidos, neste processo, foi fundamental para que as ideias pudessem ser colocadas em prática e atendessem às demandas da comunidade. Dessa forma, avistamos a necessidade de permanecer no território, atuando ao lado moradores, na busca por transformação, reconhecendo, acima de tudo, essa atuação como um processo coletivo e político.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante: um momento da educação popular**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 1 ed. São Paulo: EDITORA 34, 2000.

CAMPANHA DESPEJO ZERO, Balanço dos dados até Setembro de 2022. Disponível em <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Balanc%CC%A7o-Despejo-Zero---ou-tubro-2022.pdf> Acesso em: 28/12/2022

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11 ed. Rio de Janeiro, PAZ E TERRA, 1970.

GOMES, Marquiana de F. Vilas Boas. **CARTOGRAFIA SOCIAL E GEOGRAFIA ESCOLAR: aproximações e possibilidades**. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 7, n. 13, p. 97-110, jan./jun., 2017.

HARVEY, David. **CIDADES REBELDES: do direito à cidade à revolução urbana**. 1 ed. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

LIMA, Sélvia Carneiro de; NAZARENO, Elias. **TERRITÓRIOS AMEAÇADOS, SABERES RESSIGNIFICADOS: a Cartografia Social como possibilidade nas estratégias de luta dos Tapirapé**. Interdisciplinaridade e Meio Ambiente (pp.247-276) Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2014. Acesso em: 23 de Dezembro de 2022. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/331353982>>

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. 3 ed São Paulo: Ed Atual Editora LTDA, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1 ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2015.

MORETTI, Cheron Zanini; ADAMS, Telmo. Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011. Acesso em: 16 de Dezembro de 2022. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

PALUDO, Conceição. **Educação Popular Como Resistência e Educação Humana**. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015

PAULA, Dilma Andrade de. **As ferrovias no Brasil: análise do processo de erradicação de ramais**. Tese de Doutorado em História, defendida em setembro de 2000, na Universidade Federal Fluminense . Cf. PAULA (2000).

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Ed USP, 2018.

PINTO, Raquel Giffoni; WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Memória e Resistência: a experiência do mapeamento participativo da comunidade Quilombola de Linharinho, Espírito Santo. IN: Acserlrad, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ 2010, p. 195 - 220

TANAKA, Giselle M. M. **“Planejar para lutar e lutar para planejar”: possibilidades e limites do planejamento alternativo**. Tese de Doutorado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2017.

TANAKA, Gisele; OLIVEIRA, Fabrizio Leal de; COLI, Luis Regis. **Planejamento Autônomo e Ação Política na Produção da Cidade: Movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo**. XVIII ENANPUR. Natal, RN. 2019.

VAINER, Carlos et al. O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In OLIVEIRA, Fabrício Leal et al (org.). **Planejamento e**

Conflitos Urbanos: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
(p.27-64)